

**Anísio Teixeira e o embate com os católicos: o debate educacional (1957-1961)**

*Anísio Teixeira and the embate with catholics: the educational debate (1957-1961)*

Crislaine Aparecida Pita  
Marco Antônio de Oliveira Gomes  
**Universidade Estadual de Maringá - UEM**  
Maringá- Paraná-Brasil

**Resumo**

O presente artigo apresenta como objetivo a análise das propostas do intelectual Anísio Teixeira no debate educacional com os segmentos privatistas, tendo a frente os intelectuais católicos, entre os anos de 1957 a 1961, período marcado por intensas disputas em relação à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 21 de dezembro de 1961. Trata-se de uma análise histórica, bibliográfica e documental, por meio do levantamento de fontes primárias: Jornal A hora; A Folha da Manhã; A Noite, entre outros, subsidiada pelo referencial teórico do materialismo histórico dialético. Nesses termos, ao se analisar as propostas presentes no debate articulado à totalidade histórica do período, verificou-se que Anísio Teixeira e os defensores da escola privada, em que pese as diferenças, defendiam a ordem estabelecida.

**Palavras-chave:** Anísio Teixeira. Católicos e liberais. LDB 4024/61.

**Abstract**

The objective of this article is to analyze the proposals of the intellectual Anísio Teixeira in the educational debate with the privatist segments, with the Catholic intellectuals ahead, between the years of 1957 and 1961, a period marked by intense disputes over the first Law of Guidelines and Bases of Education, approved on December 21, 1961. This is a historical, bibliographical and documentary analysis, through the survey of primary sources: Jornal A hora; The Leaf of the Morning; The Night, among others, subsidized by the theoretical reference of dialectical historical materialism. In these terms, when analyzing the proposals present in the debate articulated to the historical totality of the period, it was verified that Anísio Teixeira and the defenders of the private school, in spite of the differences, defended the established order.

**Key-words:** Anísio Teixeira. Catholics and liberals. LDB 4024/61.

## **Introdução**

O presente trabalho apresenta como objetivo analisar as propostas do educador Anísio Teixeira, no acirrado debate com os intelectuais católicos, entre os anos de 1957 a 1961. A interpretação que apresentamos, alicerçada no materialismo histórico e dialético, é resultado do levantamento bibliográfico sobre o tema, além do cruzamento e análise de fontes como: *Jornal A Hora*; *A Folha da Manhã*; *A Noite*, entre outros. Inúmeros trabalhos foram produzidos acerca das propostas de Anísio Teixeira para a educação. Apesar das diferentes abordagens presentes a respeito do tema, há um aspecto comum: o comprometimento do educador baiano com a perspectiva liberal. Para ele, a participação do homem na sociedade só poderia ser adquirida por meio de uma educação renovada e comprometida com a democracia. Diante do exposto, não é nossa pretensão oferecer uma análise inédita acerca dos debates que precederam a promulgação da LDB nº 4024/61.

Ao longo da década de 1950, de maneira especial a sua segunda metade, foi caracterizada pela aceleração do processo de industrialização no Brasil. O forte investimento estatal aliado com a entrada de capitais estrangeiros não implicou na redução das desigualdades sociais. Neste cenário, é que devemos compreender as propostas do educador baiano, pois enxergava a educação como instrumento de democratização das relações sociais. Ressalte-se que a discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação a partir de 1957, acirrou os ânimos em torno do projeto de educação e sociedade.

Em uma breve síntese, é possível afirmar que havia uma ideia, comungada por diferentes intelectuais, na capacidade da educação em transformar a sociedade e difundir a ciência entre os homens. Para intelectuais, como Anísio Teixeira, tratava-se de criar um sistema público de ensino que formasse o indivíduo sob os pilares da cultura técnica e científica, o que contribuiria para a superação das desigualdades de oportunidades entre os indivíduos. Em oposição aos liberais, os intelectuais vinculados à Igreja Católica posicionaram-se de forma aberta contra a defesa da escola pública, laica e gratuita. Tendo como premissa a defesa da fé, articularam-se no Congresso e em outras instâncias da sociedade civil procurando congregar forças acerca da validade da escola confessional. Em linhas gerais, os argumentos levantados pelos católicos alicerçavam-se na defesa da precedência da família sobre o Estado na questão educacional. Em outras palavras, os pais tinham o direito e dever de escolher o melhor tipo de escola para seus filhos.

Isto posto, partimos do pressuposto que as propostas de Anísio Teixeira e o debate acirrado com as hostes católicas, não podem ser compreendidos de forma isolada, mas dentro de uma dinâmica social. Tratam-se, de homens inseridos num contexto material, social, econômico e político, homens que atuam, pensando e agindo sobre a realidade. Desse modo, a história da educação não pode ser desvinculada da totalidade histórica.

Diante disso, é no interior do processo de transformações do capitalismo no Brasil, do pós Segunda Guerra, que devemos compreender o debate educacional. Não se trata simplesmente de elencar os fatos, mas compreendê-los como expressão dos interesses de classe e das transformações operadas no modo de produção vigente. Por isso, a necessidade de permanecer sobre o solo da história real. Para Marx e Engels:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, na realidade o poder, na ceterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente escolástica (MARX; ENGELS, 2007, p. 537).

Assim sendo, não se parte do que os homens dizem, imaginam ou representam, mas de analisar e compreender suas ações a partir da forma pela qual organizam a produção e reprodução da existência.

### **Anísio Teixeira: uma vida dedicada à educação**

Anísio Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900, na cidade de Caetité. Estudou em colégios jesuíticos, cogitou tornar-se jesuíta, porém sua intenção foi vetada por seu pai, que projetara uma vida política para o filho. Formou-se em Direito em 1922 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Casou-se em 1932 com Emília Telles Ferreira, com quem teve quatro filhos. E em 1971, faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1924, foi convidado pelo governador da Bahia, Francisco de Goes Calmon, para trabalhar como Inspetor Geral de Ensino, subordinado à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública do estado. Sua gestão (1924-1929) foi um marco importante na constituição da sua identidade como educador. No Brasil despontava novas formas de pensar a “nação” e a ideia de construção de uma nova sociedade que superasse o “atraso”. Diante do acirramento das contradições da sociedade oligárquica alicerçada no latifúndio exportador, camadas populares e médias urbanas expressam insatisfação diante dos grupos dominantes. A crise econômica, social e política também se fez presente no

## *Anísio Teixeira e o embate com os católicos: o debate educacional (1957-1961)*

questionamento das formas de organização da educação no Brasil. Buscando respostas para a questão educacional, Anísio Teixeira realizou viagens internacionais, onde conheceu as obras de John Dewey (1859-1952). O contato direto com o educador americano influenciou-o profundamente.

Assim como Dewey (1959) o fez, Teixeira via a necessidade de se construir um sistema educacional público, capaz de democratizar as oportunidades educacionais, indiscriminadamente. Entre eles existe uma forte ligação, pois, Anísio Teixeira procura analisar a viabilidade/necessidade da escola pública como elemento dinamizador do progresso, ou melhor, da mudança social e, esta característica, também esteve presente no pensamento deweyano (SILVA, 2014, p. 2).

Após a experiência na direção do sistema educacional da Bahia, demitiu-se do cargo e ingressou na faculdade de Colúmbia, na cidade de Nova Iorque conquistando o título de mestre em educação. Ao retornar ao Brasil passou a traduzir para o português algumas das obras de Dewey. As circunstâncias que marcaram a ascensão de Getúlio Vargas à presidência com a Revolução de 1930 pareciam propícias ao movimento de renovação da educação. De fato, a educação era entendida por inúmeros intelectuais com estratégia para a solução de problemas de uma sociedade burguesa. Dessa forma, foi criado o Ministério da Educação e Saúde em 1930. Em 1931, foi convidado pelo prefeito Pedro Ernesto Batista para assumir a diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal. Neste cargo, em conjunto com um grupo de colaboradores projetou diversas reformas, uma delas abrangia desde a educação pré-escolar à universidade. Em 1932, destacou-se como um dos reformistas da educação ao assinar o Manifesto dos Pioneiros objetivava a reconstrução educacional no Brasil.

Em 1935, sofreu pressões do Governo Vargas e foi afastado da vida pública, retornando para sua cidade natal. Em 1946 a convite de Julien Sorell Huxley, diretor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), assumiu o cargo de Conselheiro de Ensino Superior. No ano seguinte foi novamente convidado a trabalhar como Secretário da Educação da Bahia e permaneceu no cargo até 1950. Este trabalho proporcionou marcantes iniciativas para sua carreira profissional, pois realizou uma intervenção na educação sobre as classes populares da cidade, conduzindo a construção da chamada “Escola Parque” em Salvador. Esta foi pensada com o objetivo de atender crianças em período integral, oferecendo alimentação, socialização, higiene e preparação para a vida em sociedade. Ao desenvolver este projeto, Anísio Teixeira objetivava uma educação de

qualidade para as crianças oriundas das camadas populares.

Em 1951, a convite do ministro da educação, Ernesto Simões Filho, assumiu no Rio de Janeiro a função de Secretário Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No ano de 1952, assumiu o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e sob sua direção, este atingiu autonomia considerada inigualável. Paralelo a este período, Anísio Teixeira se destacou ao se envolver ativamente nos debates sobre as propostas para a primeira LDB, assunto que contempla nosso presente estudo. Mostrou-se um árduo defensor da escola pública e sua luta ocasionou diversas perseguições da igreja, que o acusavam de extremista e comunista.

Em 1961, participou da implementação da Universidade de Brasília (UNB) e, em 1962, assumiu o cargo de reitor da instituição, porém com o golpe civil militar de 1964, foi afastado e aposentado. Sendo assim, mudou-se para os Estados Unidos e lecionou aulas na Columbia University e em New York University. Em 1966, retornou ao Brasil e tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas.

#### **O cenário histórico que antecede a elaboração da LDB 4024/61**

Para ampliarmos a compreensão sobre o debate educacional, no qual desenrolou o conflito escola pública *versus* escola particular, faz-se necessário contextualizarmos o cenário histórico que permeou as décadas de 1950/60 no Brasil. Nesses termos, a década de 1950 constituiu-se em um período de intensos debates sobre os rumos do desenvolvimento nacional. A industrialização era apresentada como fator de emancipação nacional. Em uma breve síntese, podemos afirmar que, no período, primeiramente com o Governo Vargas (1951-54) e, posteriormente, no de Juscelino Kubitschek (1956-60), foram desenvolvidas ações de planejamento econômico que se consolidaram nos anos posteriores.

O discurso desenvolvimentista de JK foi acompanhado de otimismo e fé no futuro. No entanto, a abertura ao capital estrangeiro e o modelo de desenvolvimento associado e dependente não rompia com as amarras do imperialismo. Diante dessa nova organização, ocorreram mudanças na divisão de classes sociais. Nesses termos, a industrialização era apresentada como o instrumento do desenvolvimento e a educação escolar como requisito necessário para formação da mão de obra composta por um contingente de trabalhadores oriundos do campo. A sociedade de classes que emerge nesse novo contexto, de caráter urbano, trouxe uma série de demandas e conflitos. Tal desenvolvimento foi realizado aos

moldes do sistema capitalista e, em nenhum momento, cogitou-se a sua superação. A questão que se colocava, no momento, era a seguinte: Como criar e consolidar um sistema de ensino? O contexto social brasileiro nesse período agitava-se em um panorama de transformações mundiais marcadas por diversos acontecimentos, como a Guerra Fria (1947 – 1991). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, emergiram-se duas grandes potências econômicas e militares. De um lado, os Estados Unidos e, de outro, a União Soviética, ambos tinham pretensões expansionistas e imperialistas. Tanto os soviéticos quanto os norte-americanos tinham grande poder em organizar manobras de dominação de massas, sendo esse o principal objetivo da disputa. A rivalidade entre as duas potências ganhou repercussão global devido a incompatibilidade entre as ideologias defendidas por cada um. Paralelo a esse fato, estavam presentes no país dois projetos de sociedade: o nacional desenvolvimentista e o liberal, que apresentava como propósito a maior abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro sem a imposição de restrições.

A posição do Brasil e o cenário político internacional inserira-o em um grande dilema político. A necessidade de se desenvolver economicamente era colocada como um problema para os dirigentes estatais, ambos os projetos visavam o desenvolvimento econômico como forma de superação do atraso. O nacionalismo e o liberalismo eram vistos como correntes que tentavam projetar o caminho a ser seguido pela economia nacional. Os nacionalistas acreditavam que para o desenvolvimento econômico efetivo o país deveria ser autônomo, ou seja, o capital nacional, privado ou estatal deveria permanecer em áreas estratégicas. Acreditavam que os interesses estrangeiros não se compartilhavam com as reais necessidades brasileiras. O projeto nacionalista apoiava a participação ativa do Estado na economia, promovendo mudanças políticas e sociais em prol da sociedade brasileira.

Em contrapartida, os liberais defendiam o desenvolvimento industrial a partir da abertura ao capital internacional, ou seja, a busca de empréstimos e entrada de multinacionais para investir no país. Acreditavam que essa decisão auxiliaria o Brasil a superar os atrasos na economia, alcançando recursos financeiros e tecnológicos necessários para o seu desenvolvimento. No cenário internacional, ambos os projetos estavam totalmente vinculados ao contexto da Guerra Fria. O liberalismo vinculava-se aos interesses dos Estados Unidos, pois expressava a liberdade de mercado e circulação de bens. Por outro lado, o nacional-desenvolvimentismo, mesmo não rompendo com o capital estrangeiro,

simbolizava maior autonomia do Estado brasileiro no cenário internacional. Para muitos, a intervenção do Estado já era um indicativo da aproximação do Brasil com os valores defendidos pela URSS. No Brasil, a resolução desse tenso momento histórico ocorreu somente com o golpe de 1964. O nacional desenvolvimentismo foi suplantado pelo desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro. A burguesia associada a este optou pela interrupção da democracia liberal burguesa com objetivo de impedir as reformas do presidente João Goulart (1961-64) e o avanço das reivindicações populares.

### **As disputas em torno da educação: católicos x liberais**

O estudo sobre o debate publicado na imprensa entre os anos de 1957 a 1961, período que antecede a promulgação da referida LDB 4024/61, é necessário, pois expressa os interesses ideológicos em jogo e as bandeiras defendidas por seus defensores. Não é exagero afirmar que se buscava ampliar uma rede de apoio para as propostas em conflito. Cunha e Fernandes (2012, p. 851) relatam que a primeira LDB é resultado das temáticas mais estudadas no campo educacional do país, “[...] em nenhum outro momento de nossa história a educação esteve em tamanha evidência, mobilizando forças políticas tão diversas e suscitando debates tão intensos quanto no período 1948/61”. Destarte, Anísio Teixeira (1976, p. 227) definiu a Lei de Diretrizes e Bases:

Lei federal sui generis, à maneira do Código Civil, do Código Comercial, etc. Destinada a regular a ação dos Estados, dos Municípios, da União e da atividade particular no campo do ensino (...); a autoridade implícita na lei sujeita a todos quanto a seu cumprimento, sua interpretação e sua execução.

Embora não seja a intenção de traçar um histórico completo da LDB, é necessário mencionarmos alguns acontecimentos referentes a ela, a fim de entendermos o contexto da tramitação do projeto de lei, para mais adiante dar sentido no desenrolar do debate, pois, conforme Romanelli (1978, p. 177) pontua: “[...] jamais, na história da educação brasileira, um projeto de lei foi tão debatido e sofreu tantos reveses, quanto esse”.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, teve uma gestação lassa e penosa. Entre a chegada do texto a Câmara Federal, outubro de 1948, e o início dos debates sobre o texto, maio de 1957, decorreram oito anos e meio. Daí, até a aprovação, em 20 de dezembro de 1961, mais quatro anos e sete meses (CARNEIRO, 2006, p. 24).

O Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nasceu em virtude da exigência do artigo 5º, inciso XV, alínea d, da Constituição Federal de 18 de setembro de

*Anísio Teixeira e o embate com os católicos: o debate educacional (1957-1961)*

1946, que identificava na União a competência de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Para atender essa questão, em 18 de setembro de 1947, o então ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, organizou uma comissão para elaborar o anteprojeto da LDB, a fim de realizar estudos para compor as propostas. Em 29 de outubro de 1948, o anteprojeto foi modificado pelo ministro, dando origem ao Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, encaminhado pelo então presidente da República, General Dutra, à Câmara Federal e ao Senado para ser analisado pela Comissão mista de Leis complementares, porém o deputado Gustavo Capanema, em 14 de julho de 1949 emitiu um parecer oficial, cuja consequência foi a paralisação da tramitação do projeto no Congresso Nacional, pois “[...] para ele a proposta da LDB não tinha intenções pedagógicas. Era um projeto infeliz” (SAVIANI, 2008, p. 177). Contudo, em 1951, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, solicitou o desarquivamento do referido projeto e, após seis anos, se iniciaram os debates.

O debate acirrado entre católicos e liberais extrapolou os limites do Congresso Nacional, materializando-se em diferentes espaços: universidades, sindicatos e imprensa. De acordo com Romanelli (1978) as forças religiosas se mostravam contrárias ao ensino público e gratuito. Este, acompanhando o princípio da democracia, oportunizaria a população o acesso a vida econômica e política do país, ameaçando os privilégios até então assegurados às elites, e, isso já bastava para assustar os conservadores. Os católicos, portanto, colocavam a educação confessional como base para o ensino, no que diz respeito à ordem, à moral e aos princípios humanos. Igreja se sentia ameaçada pois enxergava nesses princípios a negação da ordem divina e de suas prerrogativas enquanto instituição. Em contrapartida, os liberais enxergavam a educação como agente de transformação social. Era preciso propor reformas que ajustassem a educação às demandas de uma sociedade que se industrializava. Acreditavam que a escola promotora do desenvolvimento da autonomia intelectual e da difusão da ciência contribuiria para o fortalecimento da democracia. É neste cenário, inserido em uma sociedade de economia periférica, dividida em classes antagônicas e marcada pelo processo de industrialização que acelerava o crescimento econômico com a ampliação das desigualdades, que verifica-se o acirramento do conflito entre o público e o privado na educação. Os debates constituem-se em uma manifestação concreta das contradições que atravessam a sociedade. E Anísio Teixeira, dentro dos limites

materiais que o cercava enxergava a educação como ponto estratégico e instrumento de superação das desigualdades.

A educação de um povo somente em parte se faz pelas suas escolas. Compreendida como o processo de transmissão da cultura, ela se opera pela vida mesma das populações e, mais especificamente, pela família, pela classe social e pela religião. A escola, como instituição voluntária e intencional, acrescenta-se a essas outras instituições fundamentais de transmissão da cultura, como um reforço, para completar, harmonizar e tornar mais consciente a cultura, em processo natural de transmissão, e, nas sociedades modernas de hoje, para habilitar o jovem à vida cívica e de trabalho, em uma comunidade altamente complexa e de meios de vida crescentemente especializados (TEXEIRA, 2000, p.189).

Anísio Teixeira se contrapunha ao modelo elitista vigente até então, acreditava que a escola pública deveria oferecer suporte necessário de integração social e desenvolvimento do indivíduo. Presumia que esta asseguraria as mesmas chances educativas para todos os cidadãos brasileiros em uma sociedade industrial. Seus ideais visavam que as oportunidades deveriam ser ofertadas ao aluno de acordo com suas capacidades e não com sua renda econômica. Nesse sentido, não só por suas propostas, mas igualmente por sua visibilidade, Anísio Teixeira ganhou inúmeros inimigos e os ataques se multiplicaram em jornais e revistas. Suas propostas, como veremos adiante, não devem ser identificadas com a defesa de superação da ordem capitalista. Pelo contrário, trata-se de uma proposta liberal, mas isso não foi o suficiente para diminuir os ataques que sofreu, em especial, por meio da imprensa realizados pelos intelectuais católicos que o identificavam como comunista e totalitário.

### **O debate educacional por meio da imprensa: análise dos jornais**

O acirramento entre os grupos em oposição, tomou grande dimensão a partir do pronunciamento de Anísio Teixeira na conferência "A Escola pública, universal e gratuita", em setembro de 1956, no Primeiro Congresso Estadual de Educação, em Ribeirão Preto, São Paulo.

Não advogamos o monopólio da educação pelo Estado, mas julgamos que todos têm o direito à educação pública, e somente os que quiserem é que poderão procurar a educação privada. Numa sociedade como a nossa, tradicionalmente marcada de profundo espírito de classe e de privilégio, somente a escola pública será verdadeiramente democrática e somente ela poderá ter um programa de formação comum, sem preconceitos contra certas formas de trabalho essenciais à democracia (TEIXEIRA, 1956, p. 99).

Isto é, ao contrário do que os intelectuais católicos afirmavam, Anísio Teixeira não defendia o monopólio da escola pública pelo Estado e nem a hostilização da escola privada. Na verdade, a proposta conciliava ambas escolas. Vislumbrava uma sociedade democrática e

*Anísio Teixeira e o embate com os católicos: o debate educacional (1957-1961)*

liberal, em que as diferenças sociais fossem amenizadas por intermédio do ensino público, que oportunizaria educação às camadas menos privilegiadas. Em contrapartida, a reação dos intelectuais católicos, representada pela figura de Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, identificava ameaça à ordem democrática.

Não por acaso, o bispo, divulgou um memorial assinado pelos bispos do Rio Grande do Sul em 29 de março de 1958. O documento intitulado como memorial dos Bispos Gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única, se pronunciava contra o que considerava o monopólio estatal da educação.

O Arcebispo Metropolitano e os Bispos da Província Eclesiástica de Porto Alegre pedem vênias a Vossa Excelência para representar acerca das gravíssimas consequências que, com repercussão sobre toda a vida nacional, advirão da insistência com que órgãos do Governo Federal propugnam a implantação exclusiva de sistemas de ensino oficiais em todo o País, do mesmo passo que hostilizam, e sem tréguas, a iniciativa particular nesse mesmo campo de atividade [...] Ainda que inculque não advogar "o monopólio da educação pelo Estado [...] o que não admira, porque o socialismo, em suas correntes predominantes não é estatista - o Professor Anísio Teixeira espera da escola pública ou comum, que tão ardentemente preconiza, os mesmos resultados pré-revolucionários, previstos com ansiosa expectativa, pela doutrina socialista (SCHERER, 1958a, p. 362).

As denúncias de Scherer não se constituíram em um fato isolado. Objetivava desqualificar os oponentes acusando-os de ameaça às tradições cristãs e pacíficas do povo brasileiro. Na verdade, o memorial dos Bispos Gaúchos representou um ataque direto a Anísio Teixeira. Diante da repercussão do documento, não faltaram manifestações de solidariedade de muitos intelectuais ao educador baiano. Ressalte-se, que a trajetória de Anísio demonstra sua afinidade com o projeto liberal. Isso fica patente, em seu pronunciamento feito em 1956 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

A escola pública, comum a todos, não seria, assim, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que, na ordem capitalista, o trabalho (não se trata, com efeito, de nenhuma doutrina socialista, mas do melhor capitalismo) não se conservasse servil, submetido e degradado, mas, igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos (TEIXEIRA, 1956, p. 6).

Para o educador baiano, a educação constituía-se em uma necessidade diante dos novos processos de trabalho. Seria impossível garantir a liberdade e participação de todos em uma realidade marcada pela ausência de um sistema educacional e de métodos pedagógicos condizentes com as necessidades de uma sociedade que se industrializava. No

entanto, nem o apelo liberal reformador de Anísio Teixeira foi suficiente para impedir a continuidade das denúncias.

Os católicos o denunciavam por práticas “socialistas” a fim de desqualificar sua imagem, “[...] acusam-no de comunista, e seus acusadores são precisamente aqueles que, consciente ou inconscientemente, jogam o Brasil nos braços do comunismo” (A NOITE, 1961). Em outras palavras, a escola seria o antídoto contra a ignorância e o atraso. Em entrevista concedida ao jornal “O Globo”, Anísio Teixeira relata “[...] escola pública não é invenção socialista nem comunista, mas um daqueles singelos e esquecidos postulados da sociedade capitalista e democrática do século XIX” (TEIXEIRA, 1958a). Convicto em sua defesa, acreditava que por meio da escola pública seria possível a progressão da democracia no Brasil.

Exatamente porque a sociedade é de classe é que se faz ainda mais necessário que as mesmas se encontrem em algum lugar comum, onde os preconceitos e as diferenças não sejam levados em conta e onde se crie a camaradagem e até a amizade entre os elementos de uma e outra. Independente da sua qualidade profissional e técnica, a escola pública tem, assim, mais essa função de aproximação social e destruição de preconceitos e prevenções (TEIXEIRA, 1958a, p. 15).

A educação pública atribuída ao ateísmo foi outro argumento utilizado contra Anísio Teixeira:

Não resta a menor dúvida de que a palavra do arcebispo de Porto Alegre soará como uma clarinada, como um chamamento à luta do povo cristão contra os ateus que pretendem impor-nos um marxismo fracassado através da Escola Única, isto é, da escola oficial. Urge desde já que reivindicemos o direito da escolha da escola para nossos filhos e por isso mesmo nos batamos com todo ardor contra essa tentativa de conquista da juventude brasileira por homens embevecidos pelo ateísmo, na pretensão de fazer do brasileiro uma criatura sem Deus (A HORA, 1958).

A princípio, o termo ensino oficial, entendido como sinônimo de controle do Estado, foi utilizado nos discursos católicos como estratégias para defesa dos interesses confessionais. Na defesa de seus interesses, os intelectuais católicos afirmavam que o ensino religioso aproximaria o povo de Deus. Já o ensino laico era apresentado como instrumento de distanciamento divino: “[...] a figura mais destacada de um grupo poderoso instalado no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro está promovendo não só o laicismo do ensino, mas também a laicização e o materialismo da vida” (SHERER, 1958a, p. 307). Em outras palavras, a laicização do ensino era apresentada como instrumento do ateísmo, o que por sua vez, seria a expressão do caos social.

## *Anísio Teixeira e o embate com os católicos: o debate educacional (1957-1961)*

Nesses termos, a Igreja era apresentada como única instituição moral que poderia educar a sociedade. Para os católicos educar não era uma tarefa do Estado e sim da família, que possui o direito de escolher o tipo de educação a oferecer ao filho, “[...] era defendido como resultado de uma delegação recebida das famílias e de uma missão recebida de Deus” (GOMES, 2001, p. 128). Os interesses da Igreja não se voltavam apenas para ideologias religiosas, mas também para interesses econômicos e políticos de seus aliados. Diante disso, por meio do Jornal “Folha da Manhã”, Anísio se defende:

A atitude dos senhores bispos do Rio Grande do Sul revela-se contra a escola pública e não em defesa da escola particular, que declaram hostilizada, mas, sobre o que nada concretizam, pois, a realidade é que a escola particular longe de ser hostilizada pelo Poder Público é ajudada por ele com verbas cada vez mais crescentes (TEIXEIRA, 1958b).

A escola que Anísio defendia deveria ser prioridade do Estado, “[...] no que se refere às subvenções oficiais, o mínimo que a Constituição manda aplicar no ensino seja destinado às escolas públicas, e que somente os recursos superiores a esse mínimo sejam destinados às escolas particulares” (TEIXEIRA, 1960a). Não aprovava a possibilidade de o ensino privado ser mantido pelo Estado, alegava que de modo algum esse ensino propiciaria um ambiente integrador entre ricos e pobres.

Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a "protegidos") e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las (TEIXEIRA, 1956, p. 80).

Se para Anísio Teixeira a escola pública constituía-se em um instrumento contra as desigualdades sociais, a defesa da “escola livre” pelos católicos era utilizada como “direito inalienável” dos pais em escolher a forma de educar os filhos.

A educação dos filhos é um dever natural de quem lhes deu a vida. O direito de educar decorre da própria geração dos filhos. Depois que estes atingem 06 ou 07 anos, a família necessita de uma escola para dar-lhes formação completa. A escola deve ser, pois, considerada um prolongamento e um aperfeiçoamento da família (SCHERER, 1958c, p. 66).

Na perspectiva defendida pela intelectualidade católica, a escola é o “prolongamento” da família. Ora, sendo a família católica, a escola também deveria o ser. No entanto, os argumentos não se limitaram ao direito de “escolha” da família. A associação entre escola privada e a prestação de serviços públicos também se constituiu em outra estratégia dos interesses privatistas.

Dinheiro público, só para a escola pública. – A frase só é verdadeira, se traduzida: dinheiro do povo, só para escola do povo. Criou-se uma ideia falsa, a respeito do termo ‘público’. É como se dissessem: dinheiro oficial, só para escola oficial”. Entretanto, não há dinheiro do Estado, pois já passou o tempo do absolutismo monárquico. O dinheiro é do povo, que o entrega ao Estado, para que reverta a favor do povo. Assim escola pública é a escola que o Estado tem que abrir ao povo. No dia em que o Estado possua o seu próprio dinheiro, está certo que faça com ele o que entender. Por enquanto, não pode apossar-se do que pertence aos outros. Se a escola particular for aberta ao povo, é tão pública quanto a escola oficial. E é isto que queremos: multiplicar as escolas do povo. Para que se julgue da exata aplicação do vocábulo ‘público’ vejamos estas expressões: ‘lugar aberto ao culto público’ (será o ‘culto oficial?’) E ‘mulher pública’ (será ‘mulher oficial?’) (RAMOS, 1961, p.198).

Assim, como Vicente Scherer, Aberlado Ramos coloca-se em defesa da “liberdade” de ensino como requisito fundamental para a escolha dos pais. Nesse sentido, ao se colocarem como representantes do “povo”, os intelectuais católicos escamoteiam os interesses privatistas que representam.

Dizer que os católicos devem manter suas próprias escolas é exigir deles um duplo ônus: o de contribuir com os impostos para a manutenção de uma escola inconvenientemente pública, e o de arcarem com o custeio do ensino que preferirem (LEMME, 1958, p. 456).

A proposta privatista, atribui ao Estado à responsabilidade de prover a escola privada com fins confessionais em nome dos interesses da população. Utilizam do argumento que para aqueles que optassem por matricular seus filhos nas escolas particulares seriam penalizados injustamente por pagar a educação duas vezes: uma por meio de impostos que subsidiariam a educação pública e outra pelas mensalidades ao ensino privado. Em contrapartida, Anísio Teixeira defendia a universalização da escola pública como instrumento de difusão do conhecimento científico. Em 1960, concedeu uma entrevista ao Jornal “A Tribuna” defendendo o ensino público:

A escola pública não é uma extensão da escola privada, mas algo de novo, algo de diferente, algo, de certo modo, de oposto à escola privada. Quando Horace Mann, no século XIX, chamava a escola pública de a maior invenção humana, não estava a referir-se a uma suplementação da escola privada, mas à descoberta de instituição nova, que, ignorando distinções sociais e religiosas, abria para a sociedade a possibilidade de uma nova estrutura social, em que pobres e ricos, crentes e descrentes, pessoa de uma e outra raça, todos se pudessem educar e, por essa escada educacional, subir a escala social em comum emulação e comum convivência. Era a escola que preparava o homem para o exercício das crenças comuns, em que se apoiava a sociedade civil e leiga, independente das crenças privadas dos cidadãos. Tais crenças comuns compreendiam, como princípios supremos, a tolerância com respeito às crenças privadas e o fundamento secular ou leigo da moral humana (TEIXEIRA, 1960b).

## *Anísio Teixeira e o embate com os católicos: o debate educacional (1957-1961)*

Podemos verificar que os liberais não se colocavam contra o ensino privado e sim a favor junto a implantação da escola pública. Em diversos momentos do debate foram utilizados argumentos relacionados à política, dinheiro público e liberdade de ensino, porém Anísio Teixeira não discursava a favor da supressão da educação privada para implantar um ensino único no país. Seus ideais eram baseados na convicção que a escola pública poderia de fato combater a desigualdade social.

Revolta-me saber que metade da população brasileira não sabe ler e que neste momento, mais de 7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos não tem escola, sou a favor de uma educação voltada para o desenvolvimento, que realmente habilite a juventude brasileira a tomada de consciência do processo de autonomia nacional e a aparelhe para as tarefas materiais e morais do fortalecimento e construção da civilização brasileira (TEIXEIRA, 1958c, p. 139).

A proposta de Anísio Teixeira objetivava integrar as classes por meio da escola e promover a consciência do processo de autonomia nacional. É nesse contexto que podemos, para finalizar, recorrer a outro pensamento de Anísio Teixeira:

Só existirá uma democracia no Brasil no dia em que se montar a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública. Não a escola sem prédios, sem asseio, sem higiene e sem mestres devidamente preparados, e, por conseguinte, sem eficiência e sem resultados. E sim a escola pública rica e eficiente, destinada a preparar o brasileiro para vencer e servir com eficiência dentro do país (TEIXEIRA, 1936, p. 58).

Como se vê, a imprensa se constituiu em um espaço de disputas, apresentando perspectivas distintas sobre as propostas dos grupos em conflito. Dessa forma, o debate fornece elementos que auxiliam pesquisas em história da educação e a compreensão dos projetos de homem e sociedade apresentados como expressão dos interesses universais.

### **O desfecho: aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4024/61**

A Lei 4024 foi promulgada em 20 de dezembro de 1961. O desfecho da discussão que provocou diversas facetas e tensões nacionais foi avaliada e criticada por Anísio Teixeira como uma meia vitória, mas vitória. Ao mesmo tempo que a LDB concedeu idealizações liberais, permitiu também privilégios à educação privada e confessional. Ao consultarmos a LDB 4024/61, verificamos a presença dessa constatação em seus artigos: Art. 5. São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados (BRASIL, 1961). Esse artigo evidencia a garantia da presença de um representante do ensino privado nos conselhos

estaduais de educação, ou seja, ao garante aos proprietários privatistas nas discussões educacionais do país. Há outros privilégios presentes na Lei:

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

[...] § 2º Os estabelecimentos particulares de ensino, que receberem subvenção ou auxílio para sua manutenção, ficam obrigados a conceder matrículas gratuitas a estudantes pobres, no valor correspondente ao montante recebido

Art. 108. O poder público cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico (BRASIL, 1961).

Em diversos discursos Anísio Teixeira dizia que o dinheiro público deveria subsidiar a educação pública, a LDB em seus artigos apresenta o contrário do proposto, ao garantir o direito à empréstimos e subvenções ao setor privado da educação. As conquistas do setor privado no âmbito da educação podem ser compreendidas pela força política desempenhada pela Igreja Católica e seus intelectuais. Diante da correlação de força no Congresso brasileiro, não faltaram deputados e senadores que atenderam aos pedidos da Instituição em sua cruzada pela cristianização da sociedade, que serviu aos propósitos privatistas.

### **Considerações finais**

É possível compreender que o debate educacional entre o público e o privado, do qual Anísio Teixeira ocupou um papel de destaque, não pode ser desvinculado das lutas travadas no interior da sociedade. A partir dele, é possível compreender o processo de construção que se inseriu a organização do sistema escolar no Brasil na segunda metade do século XX. Ao ampararmos nossa análise de estudo por meio das fontes primárias compostas pelos jornais e revistas, tivemos a compreensão da totalidade das ações de ambos os grupos que participaram do debate, notamos que as lutas expostas à massa eram instrumentos de defesa de determinados modelos de sociedade que eram apresentados como de interesse da nação. A postura de Anísio Teixeira apontava para uma educação pública, laica e gratuita, e ao mesmo tempo, como solução para os problemas sociais da época. Mostrou-se um árduo defensor da qualidade do ensino para todos, acreditava que somente por meio da escola o país se desenvolveria social, econômico e politicamente, almejava que as diferenças fossem amenizadas e que todos tivessem o mesmo direito: formação escolar e participação ativa das vivências sociais oportunizando um leque de

oportunidades em suas vidas. Anísio Teixeira acreditava que os brasileiros encontrar-se-iam em um local cujo objetivo comum seria a formação igualitária e unificadora, promovendo a aproximação social desvinculando os preconceitos existentes entre os homens. Por fim, é possível afirmar que apesar das contingências históricas que não permitiram a concretização das propostas de Anísio Teixeira, podemos afirmar que seu legado permanece vivo. Retomar sua trajetória é uma forma de reafirmar a defesa da escola pública, universal, laica e gratuita.

### **Referências**

A HORA. Monopólio do ensino. **A Hora**. São Paulo, 27º fevereiro 1958. A NOITE. Os cães ladram e Anísio Teixeira passa. **A Noite**. Rio de Janeiro, 14º novembro 1961.

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

CARNEIRO, M. A. **A LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 1-25, 2006.

CUNHA, L. A; FERNANDES, V. Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB. **Educ. Pesqui.** vol. 38, n. 4, p. 849-864, 2012.

GOMES, M. A. O. **Vozes em defesa da ordem: O debate entre o público e o privado na educação (1945-1968)**. Campinas - SP, 2001.

LEMME, P. O manifesto dos pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Brasília, v. 65, p. 163-178, 1984

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

RAMOS, A. O que 'eles' querem. **RCV**. Petrópolis, ano 55, p. 198, março de 1961.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

SCHERER, V. Memorial dos bispos gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única. **Vozes**. Petrópolis, v.52, p.362-364, maio 1958.

\_\_\_\_\_. Discurso do senhor Arcebispo metropolitano por ocasião do seu 11º aniversário de sagração episcopal. *Revista Veritas*, ano III – março, nº 01. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1958 b.

SILVA, A. L. M. Uma escola pública para a democracia: A 'escola para todos' no pensamento de Anísio Teixeira. In: XII Encontro de Pesquisas em Educação da Região Centro-Oeste – Reunião Científica Regional da ANPED, 2014, Goiânia – GO. **Anais do XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste**, 2014.

TEIXEIRA, A. S. **Educação Para a Democracia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

\_\_\_\_\_. A escola pública universal e gratuita. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.26, p.3-27, 1956

\_\_\_\_\_. Escola pública não é invenção do socialismo nem do comunismo. Entrevista. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27º fevereiro 1958a.

\_\_\_\_\_. Governo não hostiliza escola particular; ajuda-a com verbas sempre maiores. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 abr. 1958b.

\_\_\_\_\_. Por uma escola primária organizada e séria para formação básica do povo brasileiro. **Educação e Ciências Sociais**. v.3, p.139-141, 1958c.

\_\_\_\_\_. **não sou contra subvenção às escolas particulares**. *Jornal da Bahia*. Rio de Janeiro, 18 dez. 1960a.

\_\_\_\_\_. Escola particular e escola pública: discriminação social versus integração social. **A Tribuna**. Santos, 26º março 1960b.

## **Sobre os autores**

### **Crislaine Aparecida Pita**

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é acadêmica do mestrado em educação da mesma Universidade PPE/UEM e bolsista CAPES. É membro do grupo de pesquisa "Fundamentos da história da educação" UEM/CNPQ  
E-mail: [crislainepitaoo@gmail.com](mailto:crislainepitaoo@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7917-6882>

### **Marco Antônio de Oliveira Gomes**

Doutor em história e filosofia da educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, lotado no departamento de fundamentos da educação e Professor do programa de pós graduação em educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá. Líder do grupo de pesquisa "Fundamentos da educação" UEM/CNPQ. E-mail: [marcooliveiragomes@yahoo.com.br](mailto:marcooliveiragomes@yahoo.com.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2397-5615>

Recebido em: 21/06/2019

Aceito para publicação: 25/07/2019